

POVO XUKURU DO ORORUBÁ: OS INDÍGENAS NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA AMBIENTAL NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

Edson Silva¹

 <https://orcid.org/0000-0002-6213-9927>

RESUMO

Os Xukuru do Ororubá habitam nos municípios de Pesqueira e Poção, no Semiárido pernambucano, região com poucas chuvas, longas estiagens ou secas prolongadas. Historicamente ocorreram conflitos com os colonizadores invasores disputando as fontes de água, os recursos naturais e as terras úmidas garantindo a vida para os humanos, animais e a vegetação. Com as fazendas de gado e depois os plantios destinados a agroindústria de doces, conservas e laticínios, a Serra do Ororubá foi desmatada impactando os indígenas e o Ambiente na região. O gado dividia o espaço com grandes plantações de tomate, goiabeiras, bananeiras, outras frutas e os roçados de poucas famílias indígenas espremidos entre as fazendas. Ocorria, a destruição do patrimônio natural, com o uso indiscriminado dos mananciais agravando a situação em períodos de seca, na lógica econômica da agroindústria e os elevados custos socioambientais do exaltado progresso. Vários indígenas foram forçados a migrarem para a área urbana de Pesqueira, enxotados pelos fazendeiros e as invasões dos plantios. Não existiam empregos para todos nas fábricas. Surgiram aglomerações na periferia, formadas, a maioria, com habitações de indígenas operários e desempregados. No final dos anos 1980, liderados pelo Cacique “Xicão”, os Xukuru do Ororubá retomaram as terras invadidas. Para impedir as mobilizações indígenas a mando dos fazendeiros o Cacique foi assassinado em 1998, e posteriormente, outras lideranças indígenas. Organizados e com o apoio da sociedade civil, os indígenas pressionaram as autoridades públicas para a demarcação do território indígena, ocorrida em 2001.

Palavras-chaves: Indígenas. Xukuru do Ororubá. Semiárido. Relações Socioambientais.

XUKURU PEOPLE OF ORORUBÁ: INDIGENOUS PEOPLE IN HISTORY AND ENVIRONMENTAL HISTORY IN THE SEMI-ARID REGION OF PERNAMBUCO

ABSTRACT

The Xukuru of Ororubá live in the municipalities of Pesqueira and Poção, in the semi-arid region of Pernambuco, a region with little rainfall, long droughts or prolonged dry spells. Historically, there have been conflicts with invading colonizers over water sources, natural resources and wetlands that ensured life for humans, animals and vegetation. With the creation of cattle farms and later plantations for the agro-industry of sweets, preserves and dairy products, the Serra do Ororubá was deforested, impacting the indigenous people and the environment in the region. The cattle shared the space with large plantations of tomatoes, guava trees, banana trees, other fruits and the fields of a few indigenous families squeezed between the farms. The destruction of the natural heritage occurred, with the indiscriminate use of water sources, worsening the situation in periods of drought, in the economic logic of agro-industry and the high socio-environmental costs of the exalted progress. Several indigenous people were forced to migrate to the urban area of Pesqueira, driven out by farmers and plantation invasions. There were not enough jobs for everyone in the factories. Conglomerates sprang up on the outskirts, mostly made up of housing for indigenous workers and the unemployed. In the late 1980s, led by Chief “Xicão”, the Xukuru of Ororubá retook the invaded lands. To prevent indigenous mobilizations at the behest of the farmers, the Chief was assassinated in 1998, and later other indigenous leaders. Organized and with the support of civil society, the indigenous people pressured the public authorities to demarcate the indigenous territory, which occurred in 2001.

Keywords: Indigenous People. Xukuru of Ororubá. Semiarid. Socio-Environmental Relations.

¹ Doutor em História Social pela UNICAMP. Professor Titular de História da UFPE. E-mail: edsonsilva@capufpe.com.

PUEBLO XUKURU DE ORORUBÁ: PUEBLO INDÍGENA EN LA HISTORIA Y HISTORIA AMBIENTAL EN LA REGIÓN SEMIÁRIDA DE PERNAMBUCO

RESUMEN

Los Xukuru do Ororubá viven en los municipios de Pesqueira y Poção, en la región semiárida de Pernambuco, una región con escasas lluvias, largas sequías o sequías prolongadas. Históricamente, se han producido conflictos con colonizadores invasores que se disputan fuentes de agua, recursos naturales y humedales, que garantizan la vida de los seres humanos, los animales y la vegetación. Con explotaciones ganaderas y luego plantaciones destinadas a la agroindustria de dulces, conservas y lácteos, la Serra do Ororubá fue deforestada, impactando a los pueblos indígenas y al medio ambiente de la región. El ganado compartía el espacio con grandes plantaciones de tomates, guayabas, plátanos, otras frutas y los campos de unas pocas familias indígenas apretujados entre las fincas. La destrucción del patrimonio natural se produjo, con el uso indiscriminado de las fuentes hídricas agravando la situación en períodos de sequía, en la lógica económica de la agroindustria y los altos costos socioambientales del exaltado progreso. Varios indígenas se vieron obligados a migrar al área urbana de Pesqueira, ahuyentados por los agricultores y las invasiones de plantaciones. En las fábricas no había trabajo para todos. En las afueras surgieron aglomeraciones, la mayoría formadas por viviendas para trabajadores e indígenas desempleados. A finales de la década de 1980, liderados por el cacique “Xicão”, los Xukuru do Ororubá retomaron las tierras invadidas. Para impedir movilizaciones indígenas a instancias de los agricultores, el Cacique fue asesinado en 1998, y posteriormente, otros líderes indígenas. Organizados y con el apoyo de la sociedad civil, los indígenas presionaron a las autoridades públicas para la demarcación del territorio indígena, lo que se llevó a cabo en 2001.

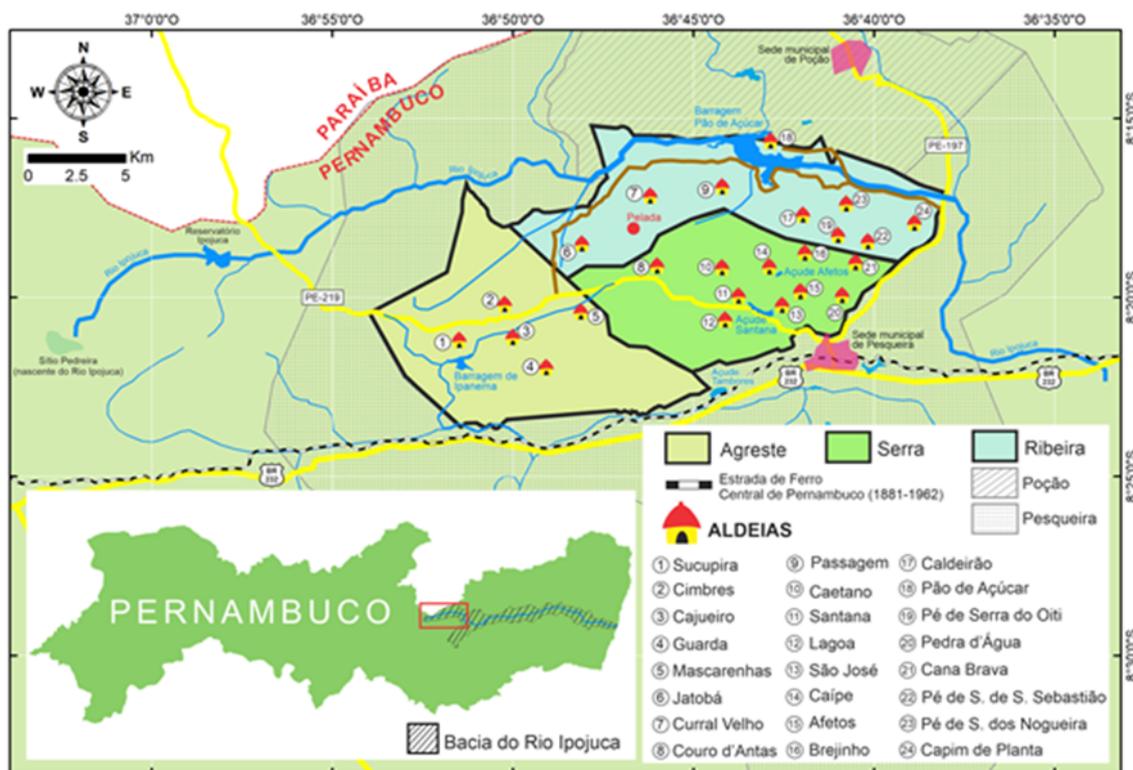
Palabras clave: Indígena. Xukuru de Ororubá. Semiárido. Relaciones Socioambientales.

INTRODUÇÃO

O povo Xukuru do Ororubá, foi contabilizado em 22.728 mil indígenas (Censo IBGE/2022), habitando um território com 27.555 hectares nos municípios de Pesqueira e Poção. Sendo Pesqueira, distante 217 km do Recife, o 6º município com maior população indígena no Brasil. Os indígenas habitam uma região com poucas chuvas, longas estiagens ou secas prolongadas no Agreste/Semiárido pernambucano.

Em um mapa recente (2022) foram apresentadas as três regiões geoclimáticas (ver mapa acima), como os indígenas dividiram o território demarcado: a Serra, mais povoada e próxima a zona urbana de Pesqueira. Sendo a região do Brejo de São José, com uma quantidade de fontes d'água na maior parte do tempo perenes; o Agreste, região seca, de altitude, com predomínio de solo pedregoso e onde em 1669 missionários fundaram o Aldeamento do Orubá, a atual Aldeia Vila de Cimbres; e a Ribeira, região extensa e bastante seca cortada pelo intermitente rio Ipojuca, sendo parte do Município de Poção tendo como limite o rio, e se estendendo até próxima à fronteira com a Paraíba. Essa região também chamada pelos indígenas a “Ribeira do Ipojuca”, onde a maioria das aldeias estão localizadas próximas ao longo do percurso do citado rio.

Figura 1 – Mapa Território Xukuru do Ororubá (2021)



Fonte: Silva; Pinheiro Filho; Cunha, 2022, p.80.

Os povos indígenas no Nordeste, a maioria habitantes no Semiárido, desde as primeiras décadas do Século XX conquistaram considerável visibilidade sociopolítica nas mobilizações afirmando as identidades étnicas diferenciada e direitos específicos, sobretudo a demarcação das terras. (Oliveira, 2004). Estas, no Semiárido, localizadas em regiões onde historicamente ocorreram conflitos violentos com colonizadores e invasores nas disputas pelos recursos naturais, as fontes de água, as terras úmidas disponíveis garantindo a vida para os humanos, animais e a vegetação.

A região do Semiárido brasileiro foi oficialmente definida como aquela onde chove uma média anual igual ou inferior a 800 mm, com um déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. E delimitada compreendendo estados no Nordeste, à exceção da fronteira do Piauí com o Maranhão e apenas dois municípios desse estado, incluindo ainda o Norte de Minas Gérias. (Teixeira, 2016). Também excluindo a região litorânea, a exceção de considerável área do Rio Grande do Norte e parte Ceará, como observado no mapa acima. O Semiárido brasileiro é considerado o mais habitado na Terra. Em grande parte, caracterizado pelo Bioma Caatinga, no Semiárido onde ocorrem secas periódicas ou longas estiagens, com consideráveis impactos para os humanos, a fauna, a flora e o Ambiente.

Figura 2 – Semiárido brasileiro



SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO: HISTÓRIA E COLONIZAÇÃO

A colonização/ocupação portuguesa na região do atual Agreste/Semiárido pernambucano iniciou depois de meados do Século XVII, após uma grande pressão demográfica na região litorânea impulsionando a colonização para o interior. As terras na região costeira estavam ocupadas com a lavoura da cana-de-açúcar, uma gramínea bastante succulenta apreciada pelos bovinos. Multiplicaram-se os pedidos à Coroa Portuguesa de terras no “sertão”: donos de engenho alegavam possuir gados sem terras onde pudessem criá-los. (Medeiros, 1993, p.23-26). Foram concedidas sesmarias, pelo governo português, legitimando o expansionismo colonial, com invasões das terras indígenas.

Para a instalação das fazendas de gado no atual Agreste/Semiárido pernambucano era necessário amansar os indígenas “hostis”. Em 1661, o Governador Francisco de Brito Freire informava sobre o aldeamento de muitos “tapuias”, até aquele momento considerados “indomáveis”, sendo estabelecidas duas novas povoações, com igrejas, sob a responsabilidade do Pe. João Duarte do Sacramento, fundador da Congregação do Oratório no Brasil. (Medeiros, 1993, p.35). Dez anos mais tarde, em 1671, o Pe. Sacramento fundava, no “Ararobá” (Serra do Ararobá), uma aldeia de indígenas chamados Xukuru. (Medeiros, 1993, p.51-53).

Os missionários Oratorianos dedicavam-se ao comércio de gado, tornando produtivas as terras sob o domínio da Congregação, possibilitando assim a compra de mais terras, até então ocupadas por sesmeiros, nas localidades próximas a missão. (Medeiros, 1993, p.63-64). O local era considerado como “a chave de todo aquele sertão”; motivação para ser mantida, por muito tempo, a Missão do Ararobá, como ponto de apoio para a expansão das invasões e ocupações portuguesas no atual Semiárido pernambucano até o cearense.

Como determinou a legislação portuguesa, com o Diretório do Marquês de Pombal de 1757, o antigo Aldeamento do Ararobá foi elevado em 1762 à categoria de Vila com o nome de Cimbres. um povoado no Distrito de Viseu, Norte de Portugal. A transformação das missões/aldeamentos em vilas por determinação legal foi justificada como um projeto para a suposta civilização dos indígenas e a incorporação à cultura colonial portuguesa por meio, dentre outras medidas, que os lugares seriam nomeados com denominações de povoações portuguesas. Cimbres é um povoado no Distrito de Viseu, Norte de Portugal.

As vilas tinham uma administração civil em substituição aos missionários. Sendo proibidos aos indígenas falar a língua nativa, a nomeação apenas com nomes e sobrenomes portugueses. E com o estímulo oficial para os casamentos mistos, o incentivo para moradia nas novas vilas de colonos vindos de Portugal, incentivando a mestiçagem e as invasões nas terras indígenas. Nas terras das antigas missões transformadas em vilas de indígenas, onde, como determinava o Diretório Pombalino se instalara arrendatários, ocupantes nos territórios tradicionais indígenas. A Carta Régia de 1798 aboliu o Diretório de Pombal, reconhecendo outra vez os aldeamentos indígenas, mas desconsiderando nas terras o livre estabelecimento de não indígenas. Aos indígenas restavam pequenas glebas de terras e o trabalho como mão-de-obra para os fazendeiros. (Silva; Oliveira; Santos Júnior, 2018).

Assim, as “vilas de índios” passaram a ser oficialmente vilas sem indígenas, os moradores considerados pelos não indígenas mestiçados, foram chamados de caboclos. Amparados pela legislação, por regras que estabeleceram e com a omissão, conivência ou apoio das autoridades, os fazendeiros invasores se apossaram de grandes extensões de terras indígenas. E pouco a pouco por meio da ocupação de cargos públicos, impuseram o controle político hegemônico em Cimbres e adjacências, situação que se concretizou ao longo do século XIX.

A Constituição de 1822 não tratou dos indígenas e até 1845 as províncias legislaram sobre a temática, favorecendo arrendamentos e esbulhos de terras indígenas. Em 1845 o Governo Imperial publicou o “Regulamento das missões de catequese e civilização indígenas”. Estava revogada a legislação pombalina e reconhecidos as povoações indígenas existentes. Mas, foi instituída em cada província uma Diretoria Geral dos Indígenas, geralmente ocupada por um político latifundiário, para

administração das aldeias. Em Pernambuco ocuparam o cargo de Diretor Geral dos Indígenas donos de engenho e fazendeiros vinculados ao Partido Conservador. (Silva, 2021).

Em 1850 o Governo Imperial promulgou a Lei de Terras determinando o registro das propriedades em cartório. Após a Lei de Terras, os fazendeiros e as autoridades provinciais solicitaram sistematicamente ao Governo Imperial a extinção do Aldeamento de Cimbres. Os limites das terras do aldeamento foram tema de uma longa discussão quando em 1862 a Câmara de Cimbres e a Diretoria Geral dos Indígenas chegaram a um acordo. Todavia, o conflito permaneceu, e aumentaram as pressões sobre as terras do aldeamento de Cimbres. Um “Aviso” de 1863, enviado pelo Ministério da Agricultura, autorizou à Presidência da Província de Pernambuco o aforamento das terras indígenas. (Silva, 2017).

A Câmara de Pesqueira em ofícios endereçados as autoridades provinciais, alegando que não existiam mais indígenas e sim caboclos e a necessidade de expansão do Município, requeria continuamente as terras indígenas como patrimônio. Atendendo as solicitações, em 1879 o Governo Imperial decretou oficialmente a extinção do Aldeamento de Cimbres. Com a extinção foram beneficiados os arrendatários, muitos deles vereadores e fazendeiros invasores nas terras Xukuru, membros da oligarquia, local com consideráveis relações e influências na política provincial e nacional. (Silva, 2017).

OS XUKURU DO ORORUBÁ E AS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

Os indígenas Xukuru do Ororubá nas memórias orais relatam que com as invasões sistemáticas de suas terras e a decretação da extinção do aldeamento de Cimbres, poucas famílias migraram para terras de outros aldeamentos, também posteriormente declarados oficialmente extintos. Dezenas de famílias indígenas aumentaram o grande contingente de mão-de-obra que se dispersou por regiões vizinhas. Ora trabalhando nas fazendas em suas próprias terras invadidas, como moradores ou agregados, ora vagando pelas estradas, sem-terra e sem-teto, ocuparam as periferias dos centros urbanos próximos, em cidades no Agreste pernambucano como Garanhuns, Pesqueira, Lagoa dos Gatos, Correntes. (Silva, 2009).

Como a Serra do Ororubá está localizada na fronteira pernambucana com o Sertão paraibano, muitos indígenas também migraram para o Sertão daquele estado, onde foram trabalhar nas lavouras de algodão. Outras famílias indígenas fugindo de perseguições, da fome e a seca, foram trabalhar nas plantações da cana-de-açúcar na Zona da Mata Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas, se estabelecendo nas cidades próximas a lavoura canavieira. (Silva, 2017).

Após a extinção oficial do aldeamento de Cimbres em fins do século XIX, na Serra do Ororubá muitos indígenas sem-terra moravam “de favor” em terras invadidas pelos fazendeiros. Pagavam a

moradia com o trabalho na lavoura. Muitos trabalharam nas lavouras que próximo as colheitas, eram invadidas e destruídas pelo gado do fazendeiro. Outra opção para os indígenas sem-terra era o chamado trabalho arrendado. Nas memórias orais os Xukuru do Ororubá narram que eram grandes as pressões dos fazendeiros sobre aqueles com pequenos pedaços de terras, os sítios, para arrendá-las, comprá-las ou tomá-las à força. O que provocou a dispersão de famílias indígenas. (Silva, 2017).

Na atual região de Cimbres, onde outrora foi instalada a Missão do Ararobá, a área montanhosa possibilitou a formação de brejos, os espaços subúmidos, como manchas ou bolsões diante da aridez acentuada do clima predominante. Estudos apontaram que uma derivação da Serra da Borborema que se estende pela região do Semiárido, desde o Ceará até Pernambuco, iniciando exatamente no município de Pesqueira, em direção as regiões vizinhas. Nas cercanias do vale do intermitente rio Ipojuca cortando o território indígena Xukuru do Ororubá, estão localizados os brejos de São José e Ororubá, ambos situados na Serra do Ororubá, entre os municípios de Pesqueira e Poção. (Pôrto; Cabral; Tabarelli, 2004).

No Semiárido os chamados “brejos”, em meio ao conhecido Ambiente das Caatingas, as áreas úmidas agricultáveis historicamente são disputadas por invasores não indígenas. Os Brejos de Altitude são áreas com matas serranas, lugares úmidos com cobertura vegetal volumosa e há milênios densamente povoados, concentrando maiores índices anual de chuvas e fontes de água. E nos Brejos de Pé de Serra estão áreas agricultáveis, com as lavouras, a roça de feijão, milho, mandioca, hortaliças, fruteiras, a criação de bodes e galinhas para o consumo e os excedentes que abastecem as feiras de cidades vizinhas ou os centros urbanos maiores e até capitais nordestinas. (Vasconcelos Sobrinho, 2005, p.163-164).

Nos brejos pernambucanos nascem riachos irrigando os sopés das serras e rios intermitentes correndo em direção ao São Francisco ou para o litoral. Na Serra do Ororubá, na região do “Agreste” nasce o Rio Ipanema que deságua no Rio São Francisco. E na vizinha Serra do Pau d’Arco estão as nascentes do Rio Ipojuca, ambos com águas somente após as chuvas prolongadas. O Ipojuca irrigando os plantios na região da “Ribeira”, área mais seca no território indígena.

A fertilidade das terras na Serra do Ororubá foi sempre ressaltada. No “Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco”, elaborado na última década do Século XIX e publicado em 1908, foi destacada a produção agrícola de Cimbres, com milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana-de-açúcar e batatas. Além de frutas, como ananases, laranjas, cajus, goiabas, bananas e pinha. O autor ressaltou, porém, que essa produção advinha da Serra, pois: “Geralmente fraca no município, a agricultura, é futura na Serra do Ororubá pela uberdade de que oferece”. (Galvão, 1908, p. 181).

Em outro trecho, o autor afirmou que, além da abundância da criação de gado, cavalos, ovelhas e cabras, existiam animais silvestres na região, como veados, caititus, onças de diversas espécies,

raposas, gatos maracajás, tatus, tamanduás, coelhos, mocós, preás, guarás, furões, maritacas, tejus, juntamente com “aves de diversas espécies e portes”. Afora o cedro, foram citadas outras árvores nativas e os usos medicinais. As referências sobre as plantas medicinais evidenciavam a utilização tradicional pelos indígenas.

O autor também destacou a considerável produção agrícola de Cimbres, onde se colhiam cereais para abastecer as feiras na região. Plantava-se a cana-de-açúcar e existiam algumas engenhocas para produção de rapadura e aguardente. Enfatizando a fertilidade nas terras do antigo aldeamento, quando escreveu: “O terreno é muito produtivo, principalmente na Serra de Ororubá”. Citando ainda artigos produzidos pelos indígenas: “A indústria local é a criação, a fabricação de redes e sacos de algodão, de esteiras, chapéus de palha e vassouras, de cachimbos de barro, feitos pelos indígenas habitantes da Serra de Ororubá”. (Galvão, 1908, p. 182).

No Semiárido pernambucano, os brejos são pequenas faixas isoladas de transição entre a Zona da Mata úmida e a região seca. Os brejos com matas de serras e cursos d’água, possibilitam a policultura tradicional, como a lavoura do feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, a horticultura e a fruticultura, com cultivo de banana, pinha, goiaba, caju, laranja, dentre outras. (Melo, 1980, p.176). Assim, durante muito tempo, a produção de frutas e hortaliças dos brejos abastecem não somente as feiras das cidades próximas, como também as situadas em bairros no Recife.

No verbete “Cimbres”, disponível no “Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco”, publicado em 1863, além de reconhecer a existência de indígenas na Serra do Ororubá, o autor ressaltou a riqueza natural do lugar, quando escreveu:

Esta vila é propriamente uma aldeia, habitada por indígenas, que muito se gloriam de ser descendentes dos Xucurus e Paratiós, porém muito preguiçosos. Não obstante a pobreza da aldeia, o termo é um dos mais ricos e de maior importância no Sertão pela riqueza natural e produtiva, pelos edifícios que ultimamente se tem edificado e pela instrução a que se tem chegado. (Honorato, 1976, p.38)

Um exemplo para compreender a situação dos indígenas nesse contexto, foi a trajetória de vida de Gercino Balbino da Silva. Nascido em 1924, na Aldeia Cana Brava, uma das muitas localidades na Serra do Ororubá, conhecido por “Seu” Gercino, faleceu aos 83 anos em junho de 2007. Na época quando nasceu, as terras do antigo aldeamento de Cimbres estavam invadidas por fazendeiros criadores de gado e donos de engenhos, nas áreas dos brejos plantando cana para produção de cachaça e rapadura.

Os brejos das serras foram também usados como refrigério para o gado dos fazendeiros, em períodos de longas estiagens:

As serras, muito úmidas no inverno, não se prestam à pecuária e são aproveitadas por agricultores que cultivam cereais, plantas do ciclo vegetativo curto. Na estação seca, após a

colheita do feijão, do milho e do algodão, o gado é levado para a serra, para o brejo, onde se mantém com este alimento suplementar à espera de que, com as primeiras chuvas, a caatinga reverdeça. São famosas por servirem de refrigério ao gado certas serras, como as de Jacarará, da Moça e de Ororubá, em Pernambuco. (Andrade, 1998, p. 157).

Uma grande produção de leite era também contabilizada e exaltada pelos jornais no município de Pesqueira naquela época. Fartura para uns poucos, miséria para muitas famílias Xukuru. Um período difícil rememorado por “Seu” Gercino.² Época de muita fome, com muitas crianças mortas por desnutrição como evidenciado nas informações oficiais disponíveis nos arquivos da Prefeitura de Pesqueira. O menino Gercino foi um dos sobreviventes. A opção para a família de Gercino assim como para muitas outras famílias indígenas, era o chamado trabalho alugado. Sem terras para plantar e viver, os pais de Gercino foram morar em Sítio do Meio, também localizado na Serra do Ororubá, com os avós do menino que trabalhavam “de alugado” para um fazendeiro local. Desde criança Gercino enfrentou uma vida árdua. Aos oito anos, como os pais e avós, trabalhava no “cabo da enxada”, porém recebia somente cinco tostões por dia. Era a metade de uma diária paga a um trabalhador adulto.

Como muitas famílias indígenas na Serra do Ororubá, além do trabalho alugado os familiares de Gercino eram moradores nas terras invadidas por fazendeiros. Moravam “de favor” e plantavam roça: milho e feijão para a subsistência. Com o compromisso de plantar também o capim para o gado do invasor. Muitas vezes, mal dava tempo para colheita da lavoura plantada para o consumo. Com o milho ainda verde o fazendeiro soltava o gado na plantação destruindo a roça. O gado engordava, enquanto os indígenas vivenciavam a fome.

Acompanhando os parentes indígenas o jovem Gercino migrou para “o sul”, como chamavam a Zona da Mata Sul de Pernambuco. Foram trabalhar nos canaviais e usinas produzindo açúcar. Na esperança de retornar trazendo um pouco de dinheiro para os familiares como os mais idosos, mulheres, crianças e todos que não podiam ir para “o sul”. A falta de terras para trabalhar, provocava a migração em busca de trabalho em locais distantes de onde habitavam.

As informações sobre óbitos na década de 1940 disponíveis nos arquivos da Prefeitura Municipal de Pesqueira evidenciam uma elevada taxa de mortalidade infantil. Foram registradas muitas mortes de crianças com apenas meses, ou ainda nos dois primeiros anos de vida nos “sítios” Cana Brava, São José, Santana, São Braz, Tionante e Lagoa, todos localizados na Serra do Ororubá. Estão registradas também as mortes de pessoas adultas, a maioria com idade avançada, que, assim como as crianças, com sobrenomes de conhecidas famílias indígenas habitantes nessas localidades, a exemplo de Bispo, Romão e Nascimento, em Cana Brava; Simplício, em São José.

²A entrevista com “Seu” Gercino, na época com 80 anos, foi realizada em agosto/2004, na Aldeia Pedra d’Água. Território Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira/PE. (Silva, 2017).

E os jornais registraram o aumento de pedintes na cidade de Pesqueira. Possivelmente muitos eram indígenas. Fome e mendicância para muitos, fartura e alegria para uns poucos. Situação evidenciada no trecho de uma reportagem: os campos tomateiros da firma Carlos de Brito S.A. (fábrica Peixe) em uma área de quase cinco mil hectares, com recorde de 60 milhões de quilos colhidos do tomate. O noticiário prosseguiu exaltando as qualidades do “Comendador” Manoel de Brito, o proprietário da “notável organização Peixe”, com um trabalho intensivo, a cada ano. (Silva, 2017).

A inauguração da estação ferroviária em Pesqueira em 1906, além de facilitar o transporte seguro de passageiros até o Recife e cidades no trajeto, possibilitou o escoamento de produtos daquela região e o trânsito comercial com a Capital. A agroindústria de doces, conservas e laticínios iniciada timidamente também no começo daquela década, teve um grande impulso inclusive para compras de máquinas que ampliaram o parque fabril e a capacidade produtiva. Todavia, com um custo socioambiental considerável impactando os Xukuru do Ororubá e o Ambiente na região.

O desmatamento e o uso indiscriminado dos mananciais de água agravaram a situação em períodos de seca. Na Serra do Ororubá e áreas vizinhas, o gado dividia o espaço com lavouras e plantações de tomate. Os roçados de umas poucas famílias indígenas, os sítios, eram pequenas glebas de terras espremidas entre as áreas de criação das fazendas. As matas úmidas características da Serra foram derrubadas. Restavam insignificantes “retalhos de matas testemunhos”, pois a cobertura vegetal de outrora continuavam a ser substituída por cafezais, goiabeiras, bananeiras e outras frutas. (Sette, 1956).

As matas eram derrubadas também para abastecer de lenha as locomotivas do trem que trafegava de Pesqueira ao Recife, e mais “as fornalhas das fábricas de doces, os fornos de padaria e fogões domésticos”. (Sette, 1956, p.12). Ocorria, portanto, a destruição do patrimônio natural para atender às exigências da lógica econômica em vigor com o crescimento da agroindústria e a criação de gado. A partir dessa lógica, a Serra estava sendo toda ocupada. Nas localidades mais úmidas predominava a criação do gado de corte e o destinado à produção de leite. Nos sopés da Serra, mais próximos da cidade, estava a “plantation” do tomate destinado à indústria, “enxotando cada vez mais para longe os roçados de subsistência ou mesmo reduzindo as áreas de criação”. (Sette, 1956, p. 14).

Também a água para as fábricas e o consumo dos moradores em Pesqueira provinha da Serra. A fábrica Peixe com açudes que abasteciam as unidades fabris. Contudo, era vivenciado o “cruciente problema da água”, agravado principalmente na época das secas, como citou um pesquisador. “A Prefeitura possui dois açudes no alto da Serra que abastecem mal a cidade sob o regime de racionamento, principalmente durante os meses de estiagem e pior ainda por ocasião das secas”. (Sette, 1956, p.94). Com o desmatamento, muitas fontes secaram ou diminuíra, agravando a situação

em períodos de longas estiagens. Seca, fome e mendicância era o cotidiano vivenciado nas ruas de Pesqueira. (Silva, 2017).

As colheitas de frutas, tomates eram destinados a agroindústria de doces, conservas e os plantios capim a alimentar o gado para a produção de laticínios, nas várias fábricas como a Tigre, Paulo de Brito, Peixinho, Recreio, instaladas na área urbana de Pesqueira, sendo a Peixe e a Rosa as maiores. Todavia, os custos sociais do exaltado progresso eram socioambientais questionáveis. Nesse contexto, famílias indígenas na Serra foram forçadas a migrarem para a área urbana de Pesqueira, enxotados pelos fazendeiros, tornando a situação social muito grave na cidade. Não existiam emprego para todos nas fábricas. Ocorreu o surgimento de aglomerações na periferia, formadas, na maioria, pelas habitações do operariado e desempregados. Dentre estes, muitos eram indígenas da Serra do Ororubá, que se concentravam no Bairro “Mandioca”, atualmente o Bairro “Xucurus” em Pesqueira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final dos anos 1980 após a participação na campanha da Assembleia Nacional Constituinte, com a atuação marcante do Cacique “Xicão”, os Xukuru do Ororubá retomaram as mobilizações por direitos. Em novembro de 1990, os indígenas reocuparam a área da Pedra d’Água arrendada a 15 posseiros não-indígenas. Afirmavam os indígenas que a Pedra d’Água era um local de rituais indígenas sagrados e estava sendo desmatada pelos posseiros. Motivados pelas conquistas na Constituição de 1988, com o apoio de outros povos indígenas no Nordeste e setores da sociedade civil, reocuparam várias fazendas.

O acirramento dos conflitos entre os “Xucurus” e fazendeiros invasores nas terras reivindicadas pelos indígenas, entre os fins dos anos 1980 e meados dos anos 1990, foi motivo de extensas reportagens publicadas em jornais no Recife e no Sudeste. Enquanto os fazendeiros negavam a presença de indígenas “puros” ou a ocorrência dos conflitos, os Xukuru do Ororubá denunciavam as violências, a miséria e a fome com suas terras invadidas por grandes criadores de gado. (Silva, 2017). Para impedir as mobilizações indígenas, a mando dos fazendeiros o Cacique “Xicão” foi assassinado por um pistoleiro em 1998, e posteriormente, outras lideranças do povo Xukuru do Ororubá. Todavia, organizados e com o apoio da sociedade civil, os indígenas pressionaram as autoridades públicas para a demarcação do território indígena, ocorrida em maio de 2001.

Na atualidade os indígenas realizam anualmente no último final de semana de janeiro o Encontro de Sábios/as, quando além de compartilharem, conhecimentos e previsões sobre a agricultura, também trocam sementes resgatadas pelos/as mais idosos/as. Existe uma grande preocupação com a preservação ambiental, pois as matas são as moradas dos “Encantados”, seres espirituais que vinculam os humanos a dimensão cosmológica e divina. A agricultura é intimamente

relacionada a Natureza e a religião. (Araújo, 2021). Plantam principalmente milho e feijão, a roça para o consumo. A maioria cria animais como galinhas, cabras e porcos e uma ou outra família gado bovino em pequena quantidade. E na região da Serra cultivam verduras orgânicas vendidas semanalmente nas feiras nas cidades de Pesqueira e às vezes também Arcoverde

A história dos Xukuru do Ororubá é, portanto, pautada por mobilizações pela afirmação, conquista e garantias de direitos, sobretudo o território, nos diferentes cenários sociopolíticos, em diversos contextos sócio-históricos onde assumem o protagonismo enquanto um povo indígena no Nordeste (Oliveira, 2004; 2011) e habitante no Agreste/Semiárido pernambucano. Sendo muito necessário refletir sobre essa trajetória histórica e as relações socioambientais em uma região com poucas chuvas, longas estiagens ou secas periódicas, esse Ambiente específico, para compreendermos as reivindicações e mobilizações por direitos pelos indígenas na atualidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. 6. ed. Recife: EDUFPE, 1998.

ARAÚJO, Marli Gondim de. *Limolaygo Toype: território ancestral e agricultura indígena dos Xukuru do Ororubá em Pesqueira e Poção*. 2021. 318f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. 2021.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

HONORATO, Manoel da Costa. *Dicionário topográfico, estatístico e histórico de Pernambuco*. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1976.

MEDEIROS, Maria do Céu. *Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830)*. João Pessoa: Ideia, 1993.

MELO, Mário Lacerda de. *Os agrestes*. Recife: SUDENE, 1980.

OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, João P. de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. *Diga ao povo que avance! Movimento indígena no Nordeste*. Recife: Fundaj, 2013.

PÔRTO, Kátia C.; CABRAL, Jaime J. P; TABARELLI, Marcelo. (Orgs.) *Brejos de Altitudes em Pernambuco e na Paraíba: História Natural, Ecologia e conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

SETTE, Hilton. *Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais*. Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.

SILVA, Edson; PINHEIRO FILHO, João D; CUNHA, Maristela C. Ipojuca, um rio na História no Semiárido brasileiro: caminhos de águas, de terra e de ferro. In: KETTLE, Wesley Oliveira; OLIVEIRA, Gabriel Pereira de; BARBOSA, Estêvão José da Silva. (Orgs.). *Rios de história: o passado em caminhos fluviais*. Maceió: Olyver, 2022, p. 78-104.

SILVA, Edson; OLIVEIRA, Edivania G. S.; SANTOS JUNIOR, Carlos F. Os povos indígenas no “Sertão verde”: mobilizações, conflitos e afirmações identitárias no Semiárido pernambucano. In: SANTOS, A. P. S. dos; ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de; BRAGA, R. A. P.; LIMA, R. A.; MEDEIROS, S. de S. (Orgs.). *O encolhimento das águas: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência no Semiárido*. Campina Grande: INSA, 2018, p. 129-149.

SILVA, Edson. *Aldeia de Escada: conflitos, esbulhos de terras e resistências indígena em Pernambuco no Século XIX*. Maceió: Olyver, 2021.

SILVA, Edson. *Xukuru: memórias e história dos indígenas da Serra do Ororubá (Pesqueira/ PE), 1950-1988*. 2. ed. Recife: EDUFPE, 2017.

SILVA, Edson. Os Xukuru e o "sul": migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas. *Clio* (UFPE), v. 26.2, p. 215-244, 2009.

TEIXEIRA, Mylene Nogueira. O sertão semiárido: uma relação de sociedade e Natureza numa dinâmica de organização social do espaço. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31 n. 3, p.769-797, setembro/dezembro 2016.

VASCONCELOS SOBRINHO, João. (ed.). *As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização*. Recife: CEPE, 2005.